Nota do editor

Paulo de Carvalho

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/307>

DOI: 10.4000/ras.307

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2013

Paginação: 5-7

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Paulo de Carvalho, « Nota do editor », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 11 | 2013, posto online no dia 08 dezembro 2013, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/307>

Nota do editor

Ao entrarmos para o sexto ano da *Revista Angolana de Sociologia*, decidimos abordar o tema “Sociologia e prática social”, trazendo três artigos sobre esta temática, de cinco autores. Publicamos neste numero outros cinco artigos, 1 entrevista e 4 resenhas.

O tema central deste número inicia com o antropólogo Jacinto Rodrigues, que aborda a prática social enquanto processo evolutivo das Ciências Sociais e Humanas, partindo da sua própria experiência enquanto investigador e cientista social preocupado com o mundo em que vivemos, com o comportamento das pessoas e com a distribuição da riqueza de forma justa e inclusiva. Chama à atenção para a necessidade de alteração do modelo de sociedade urbano-industrial consumista, de modo que se promovam e consolidem “novas actividades de prática social no terreno concreto, abrindo alternativas como a agroecologia, as energias renováveis, a reciclagem, a eco-construção, a bioeconomia, a solidariedade e finalmente uma ecosofia que expressa as reflexões teóricas importantes sobre a desagregação do ‘mundo antigo’ e o parto dum outro ‘novo mundo’ possível” [p. 88].

Seguem-se Carlos Alberto da Silva, Joaquim Fialho e José Saragoça, que tratam a análise de redes sociais ao longo dos tempos. Começando pelas técnicas sociométricas de Moreno, passando pela influência das escolas de Harvard, de Chicago e de Manchester, e culminando nos mais recentes avanços metodológicos no quadro da teoria da acção, os autores concluem que “um dos desafios que se colocam à análise de redes sociais e aos seus usuários é, justamente, identificar o posicionamento e as estratégias de acção num quadro de complexidade de actuação em que cada investigador procurará uma utilização particular dentro da polissemia de análise” [p. 99].

O pedagogo Pedro Manuel Patacho encerra o tema central deste número, com uma abordagem relativa à investigação em Ciências Sociais. O autor destaca o sector da educação, que é a sua área de eleição e de trabalho, referindo-se à experiência que acumulou ao longo dos últimos anos de trabalho em várias províncias angolanas. Patacho recomenda aos professores que centrem a sua atenção “na realidade educativa das escolas, nos seus actores e nas comunidades locais com que trabalham, para daí extrair uma compressão sofisticada e densa dos contextos e fenómenos educativos, que devem ser entendidos como fenómenos sociais totais” e que “analise com profundidade as experiências dos

indivíduos e dos grupos sociais com que trabalham, compreendendo as suas vidas, o seu quotidiano, as suas expectativas, as suas histórias e as implicações destas para as suas práticas educativas” [p. 117].

No que respeita a outros artigos, o número abre com a “globalização e insegurança urbana”, de Nelson Lourenço. O crescimento urbano traz consigo dissabores vários, sendo um deles a violência urbana. O crescimento exponencial das cidades é “particularmente acentuado nos países em desenvolvimento, onde se situa a maioria das megacidades e onde se encontram as percentagens mais elevadas de população vivendo em bairros de lata e se registam as mais elevadas taxas de crime e de violência urbana” [p. 15]. O autor acrescenta que o quadro de vulnerabilidade das mega e metacidades do Hemisfério Sul nos remete para “ritmos mais intensos de crescimento demográfico”, enquanto espaços normalmente “potenciadores de pobreza e de desigualdades sociais, a que se associa, quase sempre, risco acrescido de emergência de instabilidade social” [p. 16].

Vem depois António Pedro Dore, com uma reflexão a respeito da análise jornalística, no quadro do papel social exercido pelos meios de comunicação social. A partir da análise jornalística, este autor mostra-nos de que forma “os limites cognitivos da análise cartesiana implicam o reforço de discriminações sociais e a ofensa dos direitos das pessoas e populações menos capazes de se defenderem” [p. 36]. Dore refere “ondas de pânico moral a respeito da pequena insegurança, tomando por bodes expiatórios minorias estigmatizadas, como os pobres e excluídos em geral, com especial incidência sobre os negros, os imigrantes, os ciganos, os bairros ditos problemáticos”; lamentavelmente, os jornalistas não ouvem “as partes interessadas, nomeadamente as vítimas da campanha, cuja defesa da imagem pública fica assim impossibilitada” [p. 40]. A acusação da prática de um crime ocasiona normalmente a exclusão do acusado, que é tratado “como uma célula sem função: como um micróbio que põe em causa a saúde da sociedade e, por via de dúvidas, deve ser exterminado, como os antibióticos fazem com as bactérias” [p. 48].

Thiago Moraes e Geraldo Torrecillas trazem um artigo crítico relacionado com a teoria económica neoclássica. Consideram que as políticas económicas se baseiam normalmente na ciência económica neoclássica, reduzindo por isso os “fenómenos complexos a pressupostos estatísticos, entendendo que os interesses dos indivíduos estão pautados nos imperativos económicos, não importando quão injustos estes sejam e quão corrupta seja a actuação dos indivíduos interessados e dos legisladores” [p. 59]. Por isso, concluem que o direito e a economia devem “criar instrumentos úteis para que a administração pública consiga estabelecer mecanismos de contra balanceamento aos efeitos nocivos ao tecido social que a globalização promove, em nível mundializado” [p. 59].

De Cabo Verde, vem depois uma reflexão a respeito da interligação entre o programa de alimentação escolar e a produção agrícola local. Rozane Marcia Triches, Sérgio Schneider e Elsa Simões dizem que as cantinas escolares são factor que contribui enormemente para a presença na escola e para o sucesso escolar. O Programa de Alimentação Escolar existe em Cabo Verde desde 1976, mas com o crescente desengajamento do Programa Alimentar Mundial a partir de 1996, o programa começou a enfrentar dificuldade de implementação. Os autores enfatizam a necessidade de descentralização das compras públicas, introduzindo no menu bens de produção local e melhorando as condições físicas das cozinhas e armazéns: “ao descentralizar os recursos para que as escolas adquirissem os géneros,

haveria a aproximação entre a produção e o consumo de alimentos, tornando desnecessários tantos gastos e problemas de abastecimento” [p. 77]. O país sairia assim a lucrar triplamente, pois para além da melhoria da dieta alimentar dos alunos (que consumiriam maioritariamente produtos frescos, sem conservantes) e de uma maior aposta na produção local, contribuir-se-ia também para diminuição da pobreza (no seio das famílias dos produtores, transportadores e vendedores).

Este número da *Revista Angolana de Sociologia* inclui uma entrevista do sociólogo Paulo de Carvalho, concedida ao jornalista Silva Candembo, por ocasião de mais um aniversário do acordo de paz rubricado em Abril de 2002, que ditou o final da guerra civil angolana.

Quanto a livros, são propostas recensões de Vítor Barros, Vítor Queiroz, Gilson Lázaro e Fernanda Gallo.

Boa leitura.

Paulo de Carvalho